COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.474, DE 2009 (PDS nº 168/09)

Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2009.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JURANDIL JUAREZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474/09, oriundo do Senado Federal, aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2009, nos termos da Mensagem Presidencial nº 5, de 2009 (nº 8, de 2009, na origem). A proposição em pauta resultou de parecer favorável da dita Comissão de Assuntos Econômicos daquela Casa, à vista da documentação pertinente encaminhada pelo Executivo, nos termos do art. 6º, *caput* e § 1º, da Lei nº 9.069, de 29/06/95.

De acordo com a programação monetária para o primeiro trimestre de 2009 aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, a programação dos agregados monetários no período considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente tanto com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação, quanto com as alterações recentemente registradas na estrutura das alíquotas dos depósitos compulsórios. A Tabela 1, a seguir, apresenta as faixas projetadas para os agregados monetários ao final do primeiro trimestre de 2009. Os agregados lá referidos correspondem às seguintes definições:

M1: Papel-moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos

Base monetária restrita: Papel-moeda emitido + reservas bancárias

Base monetária ampliada: Base monetária + Depósitos compulsórios em espécie + Estoque de títulos públicos federais fora do Banco Central

M4: M1 + Saldos de FAF, FIF-CP e FRP-CP + Estoque de títulos públicos federais em poder do público + Estoque de títulos estaduais e municipais em poder do público + Depósitos de poupança + Estoque de títulos privados

TABELA 1 - Programação monetária para o primeiro trimestre de 2009

AGREGADO MONETÁRIO	Saldo em março de 2009 (R\$ bilhões)
M1 ^{/1}	187,3 – 219,8
Base monetária restrita ^{/1}	116,5 – 157,6
Base monetária ampliada ^{/2}	1.670,0 – 1.960,4
M4 ^{/2}	1.946,3 – 2.633,2

FONTE: Banco Central

NOTAS: /1 Médias dos saldos dos dias úteis do mês

/2 Saldos ao fim do período

Os dados acima implicam, de acordo com a documentação enviada pelo Executivo ao Senado Federal, um crescimento da média mensal dos saldos diários do agregado M1 de 9,7% entre março de 2008 e março de 2009. Estima-se, no mesmo período, uma expansão de 4,8% para a média mensal dos saldos diários da base monetária no conceito restrito. Com respeito à base monetária ampliada, as projeções indicam elevação de 8,5% para o saldo ao final de março de 2009, quando comparado ao de março de 2008. Por fim, espera-se um saldo de M4 ao final de março de 2009 superior em 17,3% ao verificado um ano antes.

No que se refere à execução da política monetária no bimestre outubro-novembro de 2008, a documentação enviada pelo Executivo

ressalta que os saldos de M1, da base monetária ampliada e de M4 observados ao final do período conformaram-se às metas previstas pela programação monetária aprovada para o quarto trimestre do ano passado, ao passo que o saldo da base monetária restrita situou-se abaixo do limite inferior da faixa prevista. A documentação enviada pelo Executivo informa, ainda, que em outubro do ano passado o Comitê de Política Monetária – Copom decidiu, por unanimidade, manter a meta para a taxa básica de juros em 13,75% a.a., sem viés, tendo em vista que as perspectivas em relação à evolução da atividade econômica haviam se tornado mais incertas desde a reunião anterior, decisão repetida na reunião de dezembro seguinte.

Dentre outras informações prestadas pelo Executivo, destaca-se a expansão do PIB do País, conforme as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, à taxa de 6,4% nos primeiros nove meses de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, revelando desempenho positivo de 6,5% no setor industrial, de 6,7% no agropecuário e de 5,5% no de serviços. Registra-se, ademais, expansão de 5,8% da produção industrial no período janeiro-outubro de 2008 ante o mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE, refletindo a expansão ocorrida no setor da indústria de transformação (5,7%) e no da indústria extrativa (7,4%).

Apontou-se, também, que entre setembro e novembro do ano passado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou variação de 1,07%, enquanto o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI elevou-se em 1,53% no mesmo período. De outra parte, a taxa de desemprego aberto apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME atingiu 7,6% na média do trimestre encerrado em outubro de 2008.

Por seu turno, o superávit primário do setor público não financeiro acumulado nos primeiros dez meses do ano passado chegou a R\$ 132,9 bilhões, correspondentes a 5,6% do PIB. Quanto à dívida líquida do setor público, seu saldo atingiu R\$ 1.088,6 bilhões em outubro de 2008, equivalentes a 36,6% do PIB. Já as Necessidades de Financiamento do Setor Público não financeiro – NFSP, que abrangem o resultado primário e os juros nominais apropriados, chegaram à casa do R\$ 1,8 bilhão, no fluxo acumulado ao longo dos dez primeiros meses do ano passado, constituindo-se no melhor resultado da série, iniciada em 1991.

A demonstração proveniente do Executivo ressalta, ademais, a existência de um déficit do balanço de pagamentos em transações correntes de US\$ 24,8 bilhões nos dez primeiros do ano passado. Já o influxo líquido de investimentos estrangeiros diretos chegou a US\$ 34,7 bilhões no mesmo período. Por seu turno, ao final de novembro do ano passado o saldo das reservas internacionais atingiu US\$ 206,0 bilhões.

O projeto em pauta foi encaminhado pelo Senado Federal, onde tramitou como Projeto de Decreto Legislativo nº 168/09, à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 353/09 (SF). A proposição foi distribuída em 24/04/09, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tramitando em regime de prioridade. Procedeu-se a seu encaminhamento a este Colegiado em 05/05/09. Em 20/05/09, recebemos a honrosa missão de relatar este projeto.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Assistiu-se no primeiro trimestre deste ano ao que parece ter sido o momento mais preocupante para a economia do País, em decorrência da crise financeira global deslançada com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008. De fato, dados só agora disponíveis indicam que se atingiu em fevereiro último o ponto mais agudo da queda de produção, especialmente industrial. Muito embora já se possam identificar sinais de recuperação, ainda demorará algum tempo para que se possam recuperar os postos de trabalho perdidos na esteira da queda dos investimentos e da demanda doméstica e externa.

Neste cenário, a programação monetária elaborada para os primeiros três meses deste ano refletiu a perplexidade dos condutores de política econômica de todo o mundo com a severidade e a imprevisibilidade dos efeitos da crise global. Basta observar, por exemplo, o fio da navalha sobre a qual se equilibrava o Copom durante aquele período. De um lado, preocupações quanto à possibilidade de que a expansão da demanda doméstica pressionasse a inflação. De outro, o reconhecimento de que a retração do crédito e a influência dos acontecimentos sobre as expectativas de consumidores e empresários pudessem arrefecer essa mesma demanda doméstica. Consoante a proverbial aversão ao risco do Copom, esses dilemas contribuíram para que a meta da taxa Selic fosse mantida no elevado patamar de 13,75% a.a. até janeiro deste ano, quando só então iniciou-se a trajetória de queda que prossegue ainda hoje.

Não por outro motivo, a condução da política econômica, em geral, e da monetária, em particular, exigiu, em um período tão conturbado para a economia brasileira, o melhor da ciência e da arte que conformam a atuação das autoridades econômicas. Ainda é cedo, muito cedo, para que se possa avaliar a eficácia das decisões tomadas, conquanto já se vislumbrem alguns sinais de retomada da produção e dos investimentos. De todo modo, resta-nos esperar que já tenhamos passado pelo pior.

Infelizmente, neste contexto nada cabe à Câmara dos Deputados além de referendar *a posteriori* a programação monetária decidida e posta em prática pelo Executivo, mercê da incompatibilidade entre a sistemática prevista pela Lei nº 9.069/95 e as características do processo legislativo. A observar, ainda, a inadequação de metas de expansão de agregados monetários na vigência de um regime de metas para a inflação.

Portanto, a bem da formalidade legislativa, votamos pela **aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474, de 2009.**

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JURANDIL JUAREZ
Relator